
AVALIAÇÃO DE ESTOQUES NA ATIVIDADE AGRÍCOLA: ESTUDO DE CASO DE TRÊS FAZENDAS DA REGIÃO NORTE DE MATO GROSSO, NAS SAFRAS DE 2004/2005 E 2005/2006

Ivan Canan

Mestrando em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis - FACC / Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ;

Professor do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Mato Grosso – Campus de Sinop- MT

E-mail: ivan.canan@uol.com.br

Álan Teixeira de Oliveira

*Mestrando em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis - FACC / Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Perito Criminal Federal do Departamento de Polícia Federal*

E-mail: alan.forensic@gmail.com

José Augusto Veiga da Costa Marques

Doutor em Administração de Empresas.

Professor titular da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis - FACC / Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

E-mail: jose.laura@uol.com.br

RESUMO

A atividade agrícola no Brasil tem conquistado importantes espaços para a economia nacional. As características da atividade, composta muitas vezes de empresas familiares, criam cenários onde a contabilidade muitas vezes é estruturada com baixos níveis de formalidade. A avaliação de ativos, especialmente a avaliação de estoques agrícolas, mesmo num ambiente de baixa formalização, ainda permanece como um fator importante da contabilidade. Este trabalho se destina a descrever como a avaliação de estoques agrícolas foi efetuada em três fazendas produtoras de soja na região norte do Estado de Mato Grosso, durante as safras agrícolas de 2004/2005 e 2005/2006. O objetivo deste trabalho é demonstrar como as metodologias de avaliação de ativos podem ser utilizadas pelas empresas agrícolas que exploram culturas temporárias. Os resultados obtidos indicaram que as empresas pesquisadas utilizam diferentes metodologias de avaliação por valores de entrada e de saída, mesmo sendo aplicadas sem formalidade contábil, e voltadas a atender as finalidades gerenciais de geração de informações planejamento de atividades e tomada de decisões.

Palavras-Chave: Avaliação de ativos; contabilidade agrícola; agronegócio.

ABSTRACT

The agricultural activity in Brazil has conquered important spaces for the national economy. The characteristics of the activity, composed many times of familiar companies, create scenes where the accounting many times is structuralized with low levels of formality. The asset evaluation, especially the evaluation of agricultural supplies, exactly in an environment of low formality, still remains as an important factor of the accounting. This work is destined to describe as the evaluation of agricultural supplies was effected in three producing farms of soy in the region north of the State of Mato Grosso, during the agricultural harvests of 2004/2005 and 2005/2006. The objective of this work is to demonstrate as the agricultural companies who explore temporary cultures can use the methodologies

of asset evaluation. The gotten results had indicated that the searched companies use different methodologies of evaluation for entrance values and exit values. The accounting is not practised with formality, tending to be directed to the management process, mainly for information of activity planning and taking of decisions.

Keywords: *Asset evaluation; agricultural accounting; agrobusiness.*

1. INTRODUÇÃO

A importância da atividade agrícola para o país é refletida na participação do agronegócio no PIB brasileiro e na pauta de exportações, com a correspondente capacidade de geração de empregos e produção de riquezas. Segundo dados da Associação Brasileira de Agrobusiness – ABAG (2005), as atividades do *agrobussines* são responsáveis por 25% da produção brasileira, gerando 37% dos empregos no país. Em 2003 o *agrobussines* foi responsável por 42% das exportações, gerando US\$ 25,9 Bilhões de superávit externo. Dentre as atividades do setor destaca-se a agricultura, especialmente as culturas temporárias, como a soja.

A contabilidade, entendida como a linguagem dos negócios, é parte fundamental no processo de gestão das empresas agrícolas, mas enfrenta problemas relacionados à forma como é organizada na maioria das empresas agrícolas brasileiras, geralmente empresas familiares ou que se portam como tal.

Dentre os tópicos pertinentes à teoria da Contabilidade, a avaliação de ativos é apresentada como um dos mais importantes assuntos para o estudo do patrimônio empresarial. Através da teoria contábil são obtidos subsídios para a avaliação de ativos, inclusive a partir de normas nacionais e internacionais que orientam os diferentes métodos de avaliação. Com base nos conceitos de mensuração de ativos é possível identificar as vantagens e desvantagens de cada metodologia, relacionando-as às características de cada ativo e as necessidades de informação dos usuários.

Este trabalho se dedica a descrever as metodologias de avaliação de ativos utilizadas pela contabilidade de três empresas agrícolas do norte do Estado de Mato Grosso, nas safras de 2004/2005 e 2005/2006. Nesse sentido, consiste num estudo bibliográfico e descritivo, com o emprego de entrevistas como técnica de coleta de dados. A delimitação do trabalho para as safras citadas se justifica pela importância do ano 2006 para a atividade agrícola do norte mato-grossense. A desvalorização cambial do real frente ao dólar, e a oscilação para baixo dos valores internacionais da saca de soja causaram o descontentamento generalizado dos fazendeiros da região, que criaram um manifesto público denominado “Grito do Ipiranga”, bloqueando estradas federais, organizando carreatas e “tratores”, e chamando a atenção da mídia nacional. A alegação do movimento era de que os preços praticados para aquela safra não eram suficientes para cobrir os custos de produção, ainda mais para fazendeiros que já haviam acumulado dívidas e prejuízos na safra 2004/2005. As questões levantadas pelos manifestantes, de certa forma, são também tratadas neste trabalho, que busca investigar quais metodologias de mensuração de ativos eram utilizadas pelas empresas agrícolas na avaliação de seus estoques de produtos agrícolas, e quais os possíveis reflexos que estas informações podem ter causado na gestão das empresas agrícolas. Assim, as conclusões da pesquisa restringem-se apenas a estes casos, impossibilitando suas generalizações a outras situações.

2. METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS

A concepção básica de Ativos, até mesmo pela disposição estrutural das Demonstrações Contábeis, apresenta os ativos como o conjunto de bens e direitos da entidade que, classificados por liquidez, estão à disposição da gestão. A definição de ativo deve considerar, entretanto, também as características de meios ou matérias, inclusive sua intangibilidade ou imaterialidade. Assim, uma boa definição é apresentada por

Iudícibus (2004), para quem os Ativos são os recursos controlados por uma entidade capazes de gerar, mediata ou imediatamente, fluxos de caixa.

Os estoques agrícolas constituem um importante ativo na atividade agrícola, sendo um dos principais recursos utilizados pela administração na obtenção de fluxos de caixa. Vale destacar que o aumento da valorização do preço das áreas rurais no norte de Mato Grosso também tem constituído um importante fator de aumento patrimonial, mas são os estoques de produtos agrícolas que representam a possibilidade de aumento do patrimônio através da atividade produtiva.

Para avaliar adequadamente os estoques de produtos agrícolas, de acordo com os princípios contábeis, vale consultar a bibliografia a respeito da avaliação de ativos. Vários teóricos tratam do assunto, e a síntese das diferentes metodologias pode ser observada nos quadros a seguir. Os valores de entrada dos ativos, descritos no quadro 1, representam os custos de aquisição do ativo, e podem ser obtidos em mercados passados, correntes e futuros, enquanto os valores de saída, descritos no quadro 2, representam os preços pelos quais os ativos podem ser vendidos ou trocados, no momento em que deixam a entidade, e podem ser obtidos em mercados passados, correntes ou futuros.

Quadro 1 - Metodologias de Avaliação de Ativos pelos Valores de Entrada

METODOLOGIA	DESCRIÇÃO	VANTAGENS	DESVANTAGENS
Custos Históricos	É o valor disposto pela entidade na aquisição de bens ou serviços, definido pelo preço no momento da aquisição entre o vendedor e comprador, podendo incluir ainda os valores desembolsados para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para uso.	É prático, tendo fácil verificação e permite facilmente a apuração de resultados com o confronto entre receitas e despesas, adequando-se, portanto, aos princípios contábeis.	O valor do ativo representado pelo preço de aquisição pode ser corroído pela perda de poder de compra da moeda, ou ainda divergir do real valor do ativo nos casos em que este apresente oscilações de preço no mercado.
Custos Correntes	É o valor do ativo praticado no mercado, para bens ou serviços análogos ou semelhantes ao ativo avaliado	Representa o valor do desembolso que a empresa teria naquele momento, se fosse adquirir o bem ou serviço, apresentando assim eventuais ganhos ou perdas de estocagem	A sazonalidade de determinados ativos reflete em oscilações de preço no mercado, para mais ou para menos, descaracterizando eventuais reavaliações nestes momentos. Fatores como defasagem tecnológica ou moda dificultam a identificação de ativos análogos no mercado.
Custos Históricos ou Correntes Corrigidos	Consistem em metodologias que procuram adequar o poder de compra da moeda, caso tenha sido corroída pela inflação, consistindo na aplicação de índices de correção aos valores utilizados nas metodologias do custo histórico ou custo corrente.	Permitem o reconhecimento do ativo pelo valor presente da moeda	A dificuldade de precisar os índices reais de variação do poder de compra da moeda soma-se à validade da avaliação, num ambiente inflacionário, à apenas o momento da reavaliação.
Custos Futuros de Entrada Descontados	É o valor presente do custo de um ativo a ser pago no futuro, descontadas as taxas adequadas.	Serve de base para tomada de decisões em casos onde exista a possibilidade de aquisição de um bem ou sua substituição por serviços. É o exemplo da avaliação entre a compra ou construção de um edifício ou a locação de um imóvel de terceiros	Apresenta as mesmas desvantagens do custo histórico, podendo portando não representar no momento o valor real do ativo avaliado no passado. Acrescentam-se ainda as dificuldades de delimitar a capacidade de geração de serviços futuros dos ativos.
Custo de Reposição Futuro	É o valor que deve ser considerado quando da reposição de um ativo, num momento futuro à alienação deste ativo, consistindo no valor que será desembolsado na aquisição.	Torna-se um aprimoramento do custo corrente, ao permitir a provisão ou reserva de recursos que manterão os estoques ou ativos em proporção equivalente ao atual.	A definição do valor futuro de um ativo geralmente é subjetiva, podendo não corresponder à realidade no momento da reposição.

Fonte: Adaptado de Iudícibus (2002); Hendriksen e Van Breda (1999); Martins (2001); Fernandes (1998); Vasconcelos e Silva (2002); Tinoco (1992).

De acordo com Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003), o princípio do custo como base de valor determina que sejam utilizadas na avaliação dos ativos as metodologias de avaliação por valores de entrada. Os autores destacam ainda que a legislação societária reconhece que os ativos devem ser avaliados pelo custo histórico corrigido, mas reconhecem que ao tomar o custo histórico corrigido como base de valor como um dos princípios da contabilidade não impede que sejam admitidas algumas exceções em casos especiais.

O International Accounting Standards IAS 41 orienta que uma empresa agropecuária deve reconhecer a constituição de um ativo gerado biologicamente avaliando-o pelo preço justo de mercado (*fair value*), quando a empresa tiver controle destes preços. O preço justo de mercado deve descontar na receita bruta todos os gastos evidentes e inevitáveis para que a transação comercial seja concluída. A avaliação sugerida pelo IAS 41 requer que todos os custos de produção, armazenamento e entrega, assim como o valor de comercialização, sejam controlados pela entidade detentora dos ativos para que possa ser utilizado o preço justo de realização na avaliação dos estoques agrícolas. (IAS 41, 2007; e IAS PLUS, 2007)

3. FATORES INFLUENTES NA ATIVIDADE AGRÍCOLA

A importância da atividade agrícola e das empresas rurais para o Brasil está ligada ao potencial de crescimento da economia nacional e, segundo Carneiro (1960), tem importância especial por ser uma das primeiras etapas da produção, sendo desta atividade que provêm a riqueza das nações, ao alimentar as indústrias e proporcionar-lhes as matérias primas necessárias às suas atividades e manutenção. A empresa rural, para Carneiro (1960), é a empresa cuja organização econômica se volta à exploração produtiva dos campos, contribuindo assim para o crescimento e desenvolvimento econômico de uma nação, e podem se apresentar como grandes ou pequenas propriedades que trabalham em uma ou mais modalidades ou culturas.

As características de produção agrícola nacional e os aspectos econômicos têm propiciado o crescimento da exploração de culturas temporárias. Para Marion (2002), estas culturas se caracterizam pela necessidade de replantio após a colheita e tem normalmente o período de vida curto. O autor cita como exemplo a soja, principal cultura cultivada nas empresas pesquisadas.

As culturas temporárias, assim como na atividade agrícola como um todo, são influenciadas por forças internas e externas, as quais devem ser consideradas nas atividades de gestão da empresa agrícola. Para a compreensão dos aspectos influentes na atividade agrícola, tomam-se as principais características peculiares da atividade, apontadas por Gomes (2002):

- Dependência do clima, que determina época de plantio, tratamentos culturais e colheitas, escolha de variedades e espécies vegetais a serem cultivadas;
- Tempo de produção maior que o tempo de trabalho, em que algumas fases da produção agrícola se dão independentemente da existência de trabalho;
- Dependência de condições biológicas, que limitam o ciclo produtivo, que não pode ser acelerado ou tratado como em outros setores da economia;
- Terra como participante da produção, cujas condições químicas, físicas, biológica ou topográfica, influenciam na produção;
- Estacionalidade da produção. A dependência do clima e das condições biológicas determina se pode haver excesso ou falta do produto no mercado;

- O trabalho é disperso em grandes áreas e ao ar livre, o que demanda planejamento e controles rigorosos;
- Incidência de riscos, causados pelo clima, ataque de pragas e flutuação de preços;
- Sistema de competição econômica, onde a grande quantidade de produtores e consumidores finais cria cenário em que um produtor isoladamente não controla os preços de mercado;
- Produtos não uniformes, decorrentes da influência dos fatores biológicos, acarretam custos adicionais com classificações, e receitas menores caso o produto não apresente qualidade;
- Alto custo de saída e/ou entrada na atividade, obrigando o produtor a suportar oscilações de resultado sob risco de aumentar prejuízos frente ao investimento em terras, maquinário, etc.

Sobre o ambiente competitivo, em que o produtor rural isoladamente não possui condições de estabelecer os preços de negociação, Lazzarini e Nunes (1998) apontam, para a cadeia produtiva da soja, a classificação dos produtos como *commodities* para o mercado externo, *commodities* para o mercado interno, produtos elaborados para o mercado interno e outros produtos. As *commodities* para o mercado externo são caracterizadas pela predominância da exportação dos grãos “*in natura*” ou na forma de farelo de soja. O referencial de preços é a Bolsa de Chicago (Chicago Board of Trade), a partir da qual são desenvolvidos os preços dos mais diversos segmentos e sub-segmentos, com o desconto dos custos de produção, logística e transporte. O mercado interno, por sua vez, apresenta o consumo de soja na forma de farelo para fabricação de ração. Também se destaca o uso da soja para a produção de óleo comestível, o qual também integra os produtos elaborados para o mercado interno, como margarinas, maioneses e molhos prontos. Outros produtos também são explorados dentro do mercado competitivo da soja, como lecitina, gorduras vegetais, farinha desengordurada, proteínas isoladas e derivados da soja integral usados pela indústria de alimentos, assim como a soja para consumo humano e o biodiesel. Os autores (1998) observam que os cenários de competitividade em relação às tendências tecnológicas não apresentam grandes barreiras para as empresas, uma vez que as inovações costumam ser exógenas, surgindo das indústrias que fornecem máquinas e equipamentos.

Lazzarini e Nunes (1998) apontam como segmentos atuantes no mercado de soja as *tradings*, que segundo os autores atuam fortemente com *commodities*, coordenando a transferência física de produtos no mercado nacional e internacional. Transacionam com produtores/cooperativas de forma a adquirir matéria-prima e efetuar vendas para o mercado externo, podendo atuar também como prestadoras de serviços para indústrias esmagadoras nas vendas internacionais. Acabam sendo, portanto, concorrentes diretos do segmento industrial, à medida que participam do já disputado processo de aquisição de soja e, muitas vezes, passam a exportar o grão, que é matéria-prima da indústria. A característica básica deste mercado competitivo é a concorrência pela liderança em custos, que envolvem variáveis como alta escala, baixa capacidade ociosa, eficiência financeira e otimização logística.

Sobre o ambiente competitivo, em que o produtor rural isoladamente não possui condições de estabelecer os preços de negociação, Lazzarini e Nunes (1998) apontam, para a cadeia produtiva da soja, a classificação dos produtos como *commodities* para o mercado externo, *commodities* para o mercado interno, produtos elaborados para o mercado interno e outros produtos. As *commodities* para o mercado externo são caracterizadas pela predominância da exportação dos grãos “*in natura*” ou na forma de farelo de soja. O referencial de preços é a Bolsa de Chicago (Chicago Board of Trade), a partir da qual são desenvolvidos os preços dos mais diversos segmentos e sub-segmentos, com o desconto dos custos de produção, logística e transporte. O mercado interno, por sua vez, apresenta o consumo de soja na forma de farelo para fabricação de ração. Também se destaca o uso da soja para a produção de óleo comestível, o

qual também integra os produtos elaborados para o mercado interno, como margarinas, maioneses e molhos prontos. Outros produtos também são explorados dentro do mercado competitivo da soja, como lecitina, gorduras vegetais, farinha desengordurada, proteínas isoladas e derivados da soja integral usados pela indústria de alimentos, assim como a soja para consumo humano e o biodiesel. Os autores (1998) observam que os cenários de competitividade em relação às tendências tecnológicas não apresentam grandes barreiras para as empresas, uma vez que as inovações costumam ser exógenas, surgindo das indústrias que fornecem máquinas e equipamentos.

Lazzarini e Nunes (1998) apontam como segmentos atuantes no mercado de soja as *tradings*, que segundo os autores atuam fortemente com *commodities*, coordenando a transferência física de produtos no mercado nacional e internacional. Transacionam com produtores/cooperativas de forma a adquirir matéria-prima e efetuar vendas para o mercado externo, podendo atuar também como prestadoras de serviços para indústrias esmagadoras nas vendas internacionais. Acabam sendo, portanto, concorrentes diretos do segmento industrial, à medida que participam do já disputado processo de aquisição de soja e, muitas vezes, passam a exportar o grão, que é matéria-prima da indústria. A característica básica deste mercado competitivo é a concorrência pela liderança em custos, que envolvem variáveis como alta escala, baixa capacidade ociosa, eficiência financeira e otimização logística.

Para Crepaldi (1998), uma empresa agrícola deve ter conhecimento das condições do mercado e dos recursos naturais, que dá ao produtor rural os elementos básicos para o desenvolvimento de sua atividade econômica. A gestão da empresa agrícola cabe então ao produtor rural, inserido no meio produtivo e conhecedor do ambiente produtivo, e cujas decisões administrativas, como o quê, quanto e como produzir, controlar a ação e avaliar os resultados alcançados e compará-los com os previstos inicialmente, são influenciadas pelas características dos recursos disponíveis e pelos cenários econômicos.

A gestão da atividade agrícola, diante das peculiaridades apresentadas e pela influência destes fatores, demandam determinados procedimentos, que segundo Crepaldi (1998), se caracterizam principalmente pelo planejamento, controle financeiro e de resultados, e controle de produção.

4. A Contabilidade nas Empresas Agrícolas.

A premissa básica da Contabilidade geralmente é descrita como sendo o fornecimento de informações úteis aos seus usuários. Esta premissa tem sentido quando se percebe que o importante para cada usuário é obter informações que atendam às suas necessidades. Diferentes usuários, entretanto, costumam necessitar de informações para diferentes fins. A abordagem da contabilidade por suas finalidades se torna imprescindível para que a premissa seja atendida, e as informações prestadas sejam úteis.

As finalidades da contabilidade são geralmente concentradas em três focos: contabilidade para a elaboração de demonstrações contábeis; contabilidade como fornecedor de informações para tomada de decisões; e contabilidade como parte do sistema de controle gerencial. Estas finalidades devem ser tomadas diante da realidade das empresas agrícolas da região norte de Mato Grosso, nas quais cada perfil de usuário igualmente pode demandar informações específicas.

A contabilidade financeira pode ser mais bem relacionada com a prestação de informações aos usuários externos, como acionistas e ao fisco. A Lei 6.404, conhecida como a “Lei das S/A”, dispõe que as sociedades por ações são obrigadas a publicar anualmente demonstrações contábeis. Este procedimento visa fornecer aos acionistas e demais usuários externos as informações financeiras necessárias para a avaliação dos investimentos e outras necessidades. A publicação das demonstrações contábeis implica na adoção de uma contabilidade que respeite os princípios contábeis e atenda às normas de órgãos como a Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Mas sua obrigatoriedade legal se restringe às empresas de

capital aberto já mencionadas e a outras empresas que por ventura receberem investimentos públicos, através de incentivos fiscais ou outros mecanismos legais. (IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE, 2003).

Apesar de o Código Comercial Brasileiro (BRASIL, 2001) prever a manutenção pelas empresas mercantis dos registros contábeis nos livros Razão e Diário, a personalidade jurídica das empresas rurais, na maioria das vezes, não se constitui em pessoas jurídicas, assumindo o proprietário, como produtor rural, a responsabilidade legal sobre as transações comerciais. Segundo a Associação Brasileira de Agrobusiness – ABAG (2005) a distribuição da organização societária das empresas rurais no Brasil se apresenta forte presença de sociedades familiares, conforme demonstra o quadro 3, a seguir:

Quadro 3 – Distribuição percentual das formas de organização das empresas rurais brasileiras

FORMA DE ORGANIZAÇÃO	PERCENTUAL
Firma individual	18%
Sociedade familiar: marido e/ou esposa e/ou filhos	30%
Sociedade "s": acionistas declaram sua parte separadamente	10%
Sociedade anônima fechada	34%
Outros tipos de societários	04%

Fonte: Adaptado de informações da Associação Brasileira de Agrobussines – ABAG (2005)

Para Crepaldi (1998), apesar das práticas administrativas nas propriedades rurais envolverem o processo de planejamento das operações e plantio das safras, realizado anualmente no qual o orçamento tem papel importante, e o controle financeiro e de resultados, a contabilidade é feita de modo muito tradicional e bem aquém das necessidades da atividade, tanto para as pequenas propriedades como também para médias e grandes empresas rurais. Estas características aparentemente condizem com a contabilidade que geralmente é realizada nas empresas de pequeno porte no Brasil. Segundo Kassay (1997), a contabilidade nas empresas brasileiras de pequeno porte costuma ser desempenhada pelos próprios gestores, utilizando-se muitas vezes de apenas papel e caneta, cuja finalidade é obter informações gerenciais mínimas que auxiliem no processo de gestão.

O uso da contabilidade para o controle gerencial nas fazendas norte mato-grossenses, por sua vez, dadas as características de empresas de pequeno porte, tende a ser nulo. De acordo com Gomes e Salas (2001), nas empresas brasileiras de pequeno porte, que estão inseridas em um contexto de atuação local, é comum o uso de sistemas de controle gerencial familiares, nos quais as relações pessoais, de confiança, fortemente baseadas na supervisão pessoal do dono ou administrador. Esta forma de controle gerencial familiar também se caracteriza pelo pouco uso de controles formais, nos quais está incluída a contabilidade.

Cabe ainda abordar as técnicas de contabilização dos estoques agrícolas pela teoria contábil. Para Marion (2002), as empresas agrícolas costumam acompanhar o custo das culturas em formação através de dois centros de custos, de acordo com os processos produtivos. Os custos são primeiramente acumulados na etapa de plantio, agregando todos os gastos referentes aos insumos agrícolas utilizados, combustíveis, mão-de-obra e demais custos eventuais necessários no processo de plantio e acompanhamento das culturas. O objetivo neste processo é obter o custo das culturas em formação. Posteriormente são apurados todos os custos necessários ao processo de colheita e armazenagem dos produtos agrícolas, que somados aos custos da cultura em formação, permitem a apuração dos custos dos produtos colhidos. Esta metodologia permite, segundo Marion (2002), que o resultado econômico das safras seja apurado com a dedução das despesas com vendas e do custo dos produtos na realização da receita, o que se torna

importante numa atividade em que as oscilações sazonais de preços de realização podem requerer a permanência por tempo indeterminado de estoques de produtos colhidos.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho tem por objetivo descrever a forma como os estoques agrícolas são avaliados pelas empresas agrícolas do norte do Estado de Mato Grosso, e pode ser representado pela seguinte pergunta: como três fazendas do norte do Estado de Mato Grosso avaliaram os estoques agrícolas nas safras 2004/2005 e 2005/2006.

Para que a resposta à pergunta acima descrita fosse obtida, tornou-se necessário também, que outra questão fosse respondida: como as empresas pesquisadas organizam sua contabilidade e como fazem uso das informações obtidas?

Foi escolhido o estudo de caso como método de pesquisa. Segundo Martins (2006), o estudo de caso permite uma investigação sobre o caso se dedicando à forma como as questões foram tratadas nas entidades pesquisadas.

Para a coleta de dados foram utilizadas entrevistas, que segundo Martins (2006), permite entender e compreender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações, em contextos que não foram estruturados anteriormente. Esta técnica de coleta de dados foi especialmente importante, em função da necessidade de investigar como as informações contábeis nas empresas agrícolas pesquisadas eram organizadas e utilizadas.

Para o estudo de caso foram selecionadas três fazendas agrícolas representativas da atividade agrícola no norte mato-grossense, cujos proprietários concordaram em fornecer as informações necessárias. O nome das fazendas e dos entrevistados, por solicitação dos mesmos, será omitido, mas cabe destacar que a fazenda A cultiva costumeiramente uma área aproximada de 20.000 hectares, enquanto as fazendas B e C cultivam respectivamente 8.000 e 1.000 hectares de soja anualmente. As entrevistas foram direcionadas aos gestores destas entidades, e tornou-se necessário também estender as entrevistas aos contabilistas contratados pelas fazendas, assim como aos principais usuários das informações contábeis. Posteriormente às primeiras entrevistas realizadas tornaram-se importantes, em função do evento da manifestação “Grito do Ipiranga”, após retomar as entrevistas com os gestores das fazendas pesquisadas. Os dados sobre as entrevistas realizadas estão relacionados no quadro 4, a seguir.

Quadro 4: relação de entrevistados e datas das entrevistas

ENTREVISTADO	DATAS
Proprietário e gestor da Fazenda A	Junho/2005 e Junho/2006
Gerente e gestor da Fazenda B	Junho/2005 e Junho/2006
Proprietário e gestor da Fazenda C	Maio/2005 e Junho/2006
Contabilistas responsáveis pela contabilidade das fazendas A, B e C	Junho/2005
Gerente da unidade de comercialização da BUNGE S/A em Sinop/MT	Junho/2005
Gerente da unidade de armazenagem e comercio. da AMAGGI S/A em Sinop/MT	Junho/2005
Gerente de financiamentos da agencia do Banco do Brasil em Sinop/MT.	Junho/2005

Fonte: Elaborado pelos autores.

5. A CONTABILIDADE NAS EMPRESAS PESQUISADAS, SEGUNDO AS INFORMAÇÕES OBTIDAS NAS ENTREVISTAS

As três fazendas pesquisadas estão localizadas na cidade de Sinop, no norte do Estado de Mato Grosso. A fazenda A iniciou começou a ser aberta na década de 80, mas foi a partir da segunda metade da década de 90 que atingiu o volume de produção atual, que é em média 60 mil toneladas de soja por ano. A fazenda B já foi adquirida na década de 80, mas até o início dos anos 2000 permaneceu como reserva florestal, sendo explorada para a retirada de madeira. Há três anos a fazenda B já opera no atual nível de produtividade, que é aproximadamente 26.400 toneladas por ano. Ambas as fazendas, A e B, são consideradas propriedades de grande porte para o contexto regional. A fazenda C foi aberta no início dos anos 90, aumentando a produtividade por hectare colhido até atingir a produtividade atual no início dos anos 2000. A fazenda C é considerada, para os padrões regionais, uma propriedade rural de médio porte.

As informações sobre a forma como é organizada a contabilidade nas três fazendas pesquisadas foram bastante similares entre si. Segundo os gestores entrevistados, no início de cada safra é efetuado o planejamento das atividades, onde são estabelecidas metas sobre a área a ser plantada, os recursos a serem consumidos, a quantidade esperada de produtos a serem colhidos e ainda as formas de financiamento mais economicamente adequadas. Segundo estes entrevistados, estas informações são comparadas aos resultados efetivos, fornecendo informações para a redefinição ou replanejamento das atividades ou ações.

Sobre o grau de formalidade da contabilidade no uso da contabilidade na etapa de planejamento e avaliação de resultados, todos os gestores afirmaram não utilizarem de sistemas integrados de contabilidade, utilizando-se eles mesmos de registros próprios em planilhas de processamento eletrônico, no caso das fazendas A e B, ou de registros em cadernetas, no caso da fazenda C. Estes documentos, de forma similar, registram os dados orçados e os valores efetivos de cada meta definida conforme forem ocorrendo.

Sobre o uso das informações obtidas com estes registros, os gestores deram respostas similares sobre sua função primordial no processo de tomada de decisões. Nos casos da fazenda A, o gestor e proprietário acrescentou que costuma utilizar as informações sobre o resultado para discutir com seus gerentes possíveis alternativas para corrigir distorções, assim como para avaliar o desempenho dos próprios gerentes. Para o gerente da fazenda B, a utilização das metas é importante para direcionar o trabalho dos funcionários responsáveis em cada função, assim como para avaliar o desempenho dos mesmos. O entrevistado acrescentou que também utiliza as informações para fazer a avaliação do seu próprio desempenho. O gestor da fazenda C, por sua vez, alegou utilizar os dados orçamentários para definir as operações gerais. Segundo este entrevistado, por possuir poucos funcionários, ele próprio consegue se responsabilizar ou supervisionar as principais atividades, corrigindo-as, ou adaptando-as às suas necessidades conforme forem ocorrendo.

A respeito da formalização da contabilidade, todos os gestores responderam fazer uso de escritórios terceirizados de contabilidade, onde mantém os registros necessários, assim como os documentos provenientes das transações comerciais. Os entrevistados também afirmaram que os escritórios terceirizados ficam incumbidos de fornecerem as informações contábeis aos principais usuários externos, que vem a ser o fisco e os financiadores.

Os contabilistas das empresas pesquisadas aparentemente desempenham funções similares para estas e outras fazendas da região. As informações obtidas com os contabilistas entrevistados também foram bastante similares. Segundo os entrevistados, as fazendas pesquisadas são organizadas juridicamente como sociedades de parentes, que reúnem o proprietário, esposa e filhos nas fazendas A e B, e o proprietário e o filho na fazenda C, como produtores rurais. Esta forma de organização jurídica, segundo os entrevistados, dispensa manutenção de registros contábeis formalizados, e a contabilidade

sistematicamente mantida pelas empresas agrícolas regionais costuma se ater apenas às questões fiscais. As informações obtidas junto aos contabilistas entrevistados indicam que para a Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso são fornecidas informações sobre o faturamento, especialmente sobre as notas fiscais emitidas, através da GIA - Guia de Informação e Apuração, cujo objetivo é a apuração e o recolhimento do ICMS. Também são mantidos os livros fiscais de registros de entradas e saídas. À Receita Federal são fornecidas informações através da Declaração Anual de Imposto de Renda, na qual, segundo o Regulamento do Imposto de Renda (1999), é apurado o resultado da atividade agrícola através do fluxo de caixa. Eventualmente, quando se trata de propriedades que demandem o trabalho de funcionários contratados, as empresas podem manter ainda registro de empregador individual no Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, o que implica na manutenção de livros de registro de empregados e prestação de informações sobre a folha de pagamentos e recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

Para outros usuários externos, especialmente a financiadores como bancos e *tradings*, os contabilistas das fazendas A, B e C informaram que geralmente são fornecidos relatórios esporádicos, elaborados especialmente para atender os critérios solicitados por estes usuários, ou também através do documento DECORE – Declaração de Comprovação de Rendimentos.

As entrevistas com os gerentes das *tradings* Bunge e Amaggi foram realizadas com a intenção de verificar como estes usuários utilizavam as informações contábeis fornecidas pelas fazendas pesquisadas, assim como para investigar como estas empresas avaliavam os estoques de produtos agrícolas. O gerente da unidade comercializadora de soja da Bunge na cidade de Sinop/MT afirmou que as relações existentes entre a empresa e os fazendeiros se estabelecem geralmente através da compra da produção no período de colheitas, ou da compra antecipada da produção, através de contratos de venda antecipadas. Nas compras antecipadas, as informações requeridas dos produtores rurais estão voltadas à quantidade de área plantada e ao histórico de produtividade. Quando ocorre a compra antecipada, a empresa pode também fornecer insumos agrícolas necessários ao plantio, requerendo nestes casos maior quantidade de informações e documentos, relacionados à capacidade de pagamento do empréstimo concedido.

A empresa Amaggi, segundo o gerente de unidade entrevistado, também mantém relações comerciais de compra de produtos nas colheitas, compra antecipada de produtos agrícolas e financiamento através do fornecimento de insumos agrícolas. As informações contábeis requeridas das fazendas ou dos produtores rurais se assemelham àquelas solicitadas pela empresa Bunge e, de certa forma, às demais *tradings* que operam na região. Segundo o entrevistado, o que se busca em termos de informações é a verificação da capacidade de cumprimento dos contratos, que costuma inclusive incluir a visita *in loco* de técnicos da empresa nas áreas plantadas.

O Banco do Brasil é, segundo o gerente de financiamentos agrícolas entrevistado, o principal financiador da atividade agrícola na região. Segundo o entrevistado, as informações requeridas dos fazendeiros estão relacionadas à investigação da capacidade de pagamentos, e pode requerer o histórico de produtividade, sobre o patrimônio pessoal, a declaração anual de imposto de renda, informações de custos de produção, além de informações sobre as propriedades rurais e certidões cartoriais e fiscais. Também são utilizadas visitas *in loco* nas propriedades rurais cujas safras serão financiadas.

6. A AVALIAÇÃO DOS ESTOQUES AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS INFORMAÇÕES OBTIDAS NAS ENTREVISTAS

As informações obtidas junto aos gestores das fazendas pesquisadas refletem o modo como estas empresas avaliam os estoques de produtos agrícolas para as finalidades gerenciais. Todos os três entrevistados foram coincidentes em afirmar que os estoques, após estarem colhidos e armazenados, permitem estimar a capacidade de geração de caixa pela avaliação do preço da saca sendo praticado no mercado, dos quais descontam os gastos com transporte, tributos e eventuais comissões.

A avaliação dos estoques de produtos em formação, entretanto, apresenta algumas peculiaridades, segundo o proprietário e gestor da fazenda A. Segundo o entrevistado, quando são estabelecidos contratos de venda antecipada dos produtos, o preço de liquidação a ser praticado no período de colheita permite que sejam conseguidas informações sobre as receitas a serem obtidas com a venda das sacas estabelecidas nos contratos. Com base nos históricos de safras anteriores, o entrevistado alegou que era possível estimar com razoável precisão os gastos necessários para todas as etapas de produção. Ao descontar estes gastos das receitas previstas nos contratos, era possível identificar o fluxo de caixa a ser obtido com a soja contratada. Segundo o gestor da fazenda A, isso equivalia a avaliar os estoques que ainda viriam a ser colhidos por valores de saída, e permitiam inclusive que estes valores pudessem ser utilizados na busca de novos financiamentos para o aumento da produção, especialmente em função das grandes margens de retorno que haviam sido praticadas nas safras entre os anos de 2001 e 2004. O entrevistado acrescentou, entretanto, que a queda do valor do dólar na safra de 2005 havia indicado que este procedimento só seria viável para contratos realizados em moeda nacional.

O gerente da fazenda B, em entrevista no mesmo período (junho/2005), afirmou que o histórico de comportamento dos custos e de receitas praticados nos anos anteriores indicava que era possível avaliar a capacidade de geração de caixa dos estoques a serem colhidos, independentemente de terem sido realizadas vendas antecipadas de produtos agrícolas. O entrevistado também relatou que era possível utilizar-se dos fluxos futuros de caixa dos estoques a serem colhidos para obter novos financiamentos no mercado e ampliar a capacidade de produção, pois os retornos do aumento de produção eram suficientes para pagar o juro cobrado pelo mercado e proporcionar uma receita incremental.

O proprietário gestor da fazenda C, por sua vez, alegou que apesar do histórico dos anos anteriores sobre os custos e receitas permitirem um cálculo antecipado do retorno com a venda dos estoques a serem colhidos, a utilização deste fluxo de caixa previsto ainda apresentava riscos que não eram interessantes para fazendas de pequeno porte.

Os contabilistas responsáveis pela contabilidade das fazendas A,B e C, em entrevistas, declararam que as empresas costumam negociar suas safras ainda durante o mesmo exercício fiscal. Mas, quando necessária a declaração dos estoques, este procedimento somente ocorre em relação aos produtos já existentes, os quais são avaliados pelo valor da pauta de valores mínimos para negociação publicada pela Secretaria Estadual de Fazenda – Sefaz/MT.

Todos os financiadores entrevistados, incluindo os gerentes das tradings Bunge e Amaggi, e o gerente de financiamentos do Banco do Brasil, também deram respostas similares, ao indicar que os estoques de produtos colhidos, quando declarados pelos produtores rurais, eram avaliados pelo preço comercializado no mercado naquele momento.

Para a concessão de financiamentos, o gerente da unidade da Bunge na cidade de Sinop informou que a empresa costuma avaliar a capacidade de produção e a garantia de entrega dos produtos contratados. Sobre a avaliação dos estoques a serem colhidos, o entrevistado afirmou que a empresa utiliza os valores determinados pela matriz, que se fundamentam nos contratos de vendas futuras negociados pela própria empresa. O mesmo procedimento foi relatado de forma similar pelo gerente da unidade da Amaggi em Sinop/MT, que acrescentou que recebia diariamente informações sobre os preços a serem praticados.

Nas entrevistas realizadas após a safra do ano de 2006, já durante o período do manifesto intitulado “Grito do Ipiranga”, novas informações sobre a metodologia de avaliação dos estoques foram obtidas junto aos gestores das fazendas A, B e C pesquisadas. Todos os entrevistados continuaram afirmando que os estoques colhidos poderiam ser avaliados pelos valores de liquidação, descontados os gastos com vendas e tributos. Mas os proprietários gestores das fazendas A e C coincidiram em alegar que as oscilações dos preços da soja no mercado internacional e do valor do dólar em relação ao Real só permitiam que esta avaliação fosse realizada para decisões de curto prazo.

Para o planejamento das atividades, o proprietário gestor da fazenda A afirmou que os preços esperados para as safras ainda poderiam ser utilizados no estabelecimento de metas, mas que a utilização dos fluxos de caixa esperados para a aquisição de novos financiamentos tinha se tornado inviável frente aos problemas enfrentados com as oscilações e quedas de preços previstos nas safras de 2005 e 2006.

O gerente gestor da fazenda B acrescentou que uma nova praga, denominada “ferrugem asiática” havia surgido durante a safra 2005/2006, aumentando os custos de produção planejados para o período, e que problemas como este e, também, possíveis problemas relativos ao clima poderiam dificultar a estimativa dos custos e das quantidades a serem colhidas. O entrevistado afirmou que os fatores apontados dificultavam a estimativa dos custos de produção e impediam a avaliação de estoques futuros pela capacidade de geração de caixa, o que era difícil até mesmo quando os preços a serem praticados no período de colheita já houvessem sido estabelecidos em contratos de venda antecipados.

Os gestores das fazendas A, B e C também forneceram informações similares, nas entrevistas realizadas em 2006. Segundo os depoimentos colhidos, as experiências enfrentadas nas safras 2004/2005 e 2005/2006 fizeram surgir uma preocupação maior com a avaliação do custo dos estoques agrícolas, especialmente a custos de reposição. A intenção dos produtores rurais em continuar na atividade foi ressaltada, com destaque para a importância de ser obtido um preço mínimo de venda que garantisse condições de aquisição dos insumos agrícolas e demais recursos a serem consumidos no cultivo das safras seguintes, e que incluísse também um retorno suficiente para permitir a reposição do desgaste do maquinário agrícola utilizado.

7. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS

De acordo com as informações obtidas com os entrevistados, a contabilidade mantida pelas empresas pesquisadas tende a ter um baixo grau de formalidade. As empresas não mantêm registros contábeis de suas operações, substituindo-os aparentemente por outros procedimentos efetuados para atender às necessidades de cada perfil de usuário das informações contábeis.

Segundo os gestores das fazendas pesquisadas, as informações contábeis necessárias ao processo de gestão são desenvolvidas pelos próprios entrevistados, utilizando um sistema de fluxo de caixa que se concentra principalmente nas etapas de planejamento das atividades e orçamento do cultivo das safras, e do acompanhamento e controle das metas orçamentárias estabelecidas.

A contabilidade voltada a atender os usuários externos é sistematicamente mantida para atender às necessidades fiscais, e em função da organização jurídica das fazendas pesquisadas, as informações são elaboradas em nome dos sócios (parentes), que se registram nos órgãos fiscais como produtores rurais, emitindo os documentos legais necessários para as transações comerciais.

A busca de financiamento em bancos e *tradings* é outra função da contabilidade das empresas pesquisadas, mas aparentemente os relatórios e demonstrativos contábeis são preteridos por estes usuários, que preferem informações cadastrais que indiquem de modo mais evidente as garantias de pagamento dos financiamentos concedidos.

Diante da forma como a contabilidade nas empresas pesquisadas é organizada e utilizada, não parece haver por parte das empresas pesquisadas e da própria contabilidade mantida nas mesmas a realização de um processo formalizado de avaliação dos estoques agrícolas. Não foi identificado em momento algum uma citação ou documento que demonstrasse que alguma metodologia de avaliação de estoques que implicasse no registro sistemático de estoques que possuísem formalmente a explicitação dos valores, e que poderia indicar alguma prática formal de mensuração destes ativos.

O processo de gestão nas empresas pesquisadas parece, entretanto, ser o foco mais importante de todo o processo de organização das informações contábeis. Mesmo sendo desenvolvido pelos próprios

gestores, é neste procedimento em que foram identificadas as necessidades de avaliação dos estoques de produtos agrícolas.

A avaliação dos estoques agrícolas utilizada no processo de tomada de decisões aparentemente tendia a ser realizada por valores de saída, especialmente nos anos anteriores às safras mencionadas nesta pesquisa. Esta tendência, de acordo com as informações obtidas, era influenciada pelo período de três ou quatro anos anteriores, quando os preços praticados proporcionaram grandes margens de retorno ao investimento. A tendência de utilização da metodologia de avaliação dos estoques pela capacidade de geração de fluxo de caixa, descontados os gastos necessários para o término da transação, ultrapassavam os estoques de produtos agrícolas propriamente ditos para ser utilizada inclusive nos processos de venda antecipada dos estoques antes de serem colhidos.

De fato a orientação do IAS 41 sobre a avaliação de produtos agrícolas indica que a mensuração pode ser realizada pelo valor justo, mas requer que haja o controle total de todos os gastos necessários para o término da transação comercial e dos preços de realização. As oscilações nos preços praticados nas safras 2004/2005 e 2005/2006, e o surgimento de gastos não previstos, conforme foi relatado pelos entrevistados, demonstra que este controle só é possível de ser mantido para a avaliação dos estoques já colhidos, e em processos de tomada de decisões de curto prazo.

Para o processo de planejamento das atividades, a previsão dos gastos necessários para o cultivo das culturas e a previsão das receitas a serem obtidas com a venda dos produtos aparentemente parece fornecer informações úteis. Estas informações, entretanto, não são confiáveis o suficiente frente ao depoimento dos entrevistados, para que os estoques sejam avaliados pelo valor justo nas decisões de médio e longo prazo.

Nas informações colhidas com os gestores das fazendas pesquisadas, especialmente nas entrevistas realizadas durante o manifesto “Grito do Ipiranga”, uma nova tendência parece estar sendo adotada no processo de tomada de decisões para a avaliação dos estoques agrícolas. A preocupação dos gestores em obter recursos suficientes com a venda dos estoques para o prosseguimento das atividades tem demonstrado uma preocupação maior com o custo dos produtos colhidos, especialmente avaliados a custos de reposição. Esta metodologia aparentemente é aplicada para comparar, nas decisões de venda ou estocagem, com o valor justo dos estoques, auxiliando na escolha da melhor oportunidade de realização das receitas.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região norte de Mato Grosso tem aumentado gradativamente as áreas de plantio e a produtividade por hectare, podendo ser considerada parte do que se costuma denominar “novas fronteiras agrícolas”. O ambiente em que as empresas pesquisadas se inserem é composto por várias fazendas semelhantes, criadas e exploradas há relativamente pouco tempo. Coincidentemente, os métodos administrativos, com destaque à manutenção da contabilidade, parecem não serem ainda considerados importantes para o desenvolvimento e gestão destas empresas, que preferem estruturar a organização das informações contábeis ao atendimento das necessidades básicas dos diferentes tipos de usuários. Esta situação aparentemente condiz com as pesquisas de Kassay (1997) sobre a contabilidade das empresas de pequeno porte, e com as afirmações de Crepaldi (1998) sobre a contabilidade no setor rural.

A inexistência de uma contabilidade estruturada, com sistemas integrados de contabilidade, impossibilita uma pesquisa sobre quais as metodologias de avaliação de ativos são utilizadas formalmente pelas empresas agrícolas na mensuração dos estoques. As informações obtidas com as entrevistas com

contabilistas, gestores e usuários da contabilidade agrícola permitiram, entretanto, identificar algumas metodologias utilizadas especialmente no processo de gestão das empresas pesquisadas.

Ficou demonstrado que as empresas tendem a utilizar duas metodologias distintas de avaliação dos estoques. A primeira metodologia coincide com os conceitos de valor justo apresentada pelo IAS 41 (2007), e é aplicável nas decisões de curto prazo para a avaliação dos estoques armazenados, por apresentar o mercado preços de realização transparentes, assim como custos de venda facilmente identificáveis.

A avaliação dos estoques por valores de saída também é utilizada no processo de planejamento das atividades, porém ficou demonstrado que as incertezas relativas aos preços de realização de receitas em médio e longo prazo, e as incertezas referentes às quantidades de produtos a serem colhidos e de precisão nos custos de produção, conforme definido por Gomes (2002), não garantem que esta metodologia seja de fato utilizada para a avaliação de culturas em formação ou estoques de produtos em decisões de médio e longo prazo.

A metodologia de avaliação dos estoques a valores de entrada também passou a ser utilizada pelos gestores das fazendas pesquisadas a partir da comprovação de que a avaliação a valor justo somente é possível quando há o controle total das receitas e gastos a serem praticados. Dentre as diferentes metodologias de avaliação de ativos por valores de entrada, aparentemente o custo de reposição é aparentemente o mais adequado para as necessidades dos fazendeiros, especialmente em função dos altos custos de saída da atividade. Com esta metodologia os fazendeiros podem definir os preços mínimos necessários para a venda dos seus produtos agrícolas. Esta metodologia foi utilizada durante o manifesto “Grito do Ipiranga” para requerer alguma compensação financeira provocada pelo baixo custo do dólar frente ao Real, as quais foram em parte atendidas pelo governo federal através de leilões de compra por preços mínimos.

A metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho, com o estudo de caso em três fazendas da região norte do Estado de Mato Grosso, não permite generalizações para concluir que as metodologias de avaliação de ativos identificadas sejam utilizadas nas demais fazendas da região. Os resultados obtidos no estudo de caso de fazendas representativas permitiram, entretanto, verificar que mesmo não havendo a formalização no processo de avaliação, algumas metodologias têm aplicabilidade prática para a contabilidade das empresas agrícolas, e quando utilizadas adequadamente, fornecem informações necessárias e úteis aos usuários.

Este trabalho revelou a existência de um campo fértil a ser pesquisado no contexto das empresas agrícolas brasileiras. Sugere-se sua replicação a um grupo maior de empresas em outros segmentos rurais e áreas geográficas, de modo a analisar o comportamento dos usuários na avaliação dos estoques agrícolas. Por outro lado, esses estudos poderiam verificar eventuais diferenças nas avaliações daqueles estoques por organizações de portes e formas jurídicas distintas. De qualquer modo, este trabalho buscou responder algumas questões ligadas às empresas agrícolas, contudo descortinou a elevada complexidade subjacente à avaliação dos estoques agrícolas.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAG – Associação Brasileira de Agrobusiness. www.abagbrasil.com.br acesso em 15/06/2005.
- BRASIL. Constituição Federal, código comercial, código tributário nacional/ organizadora do código comercial Vera Helena de Mello Franco : organizador do código tributário nacional Roque Antonio Carrazza. – 3. ed. ver., atual. E ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2001 – (RT – mini-códigos).
- CARNEIRO, E. Biblioteca do Contador: Contabilidade Rural. Vol. III. Rio de Janeiro : Edições Financeiras, 1960.

- CREPALDI, S. A. Contabilidade Rural: uma abordagem decisorial. – 2 ed. revista, atualizada e ampliada – São Paulo : Atlas, 1998.
- FERNANDES, T. M. C. B. M. Ativo e sua Mensuração. Caderno de Estudos, São Paulo, FIPECAFI, v.10, n. 18, maio/agosto 1998.
- GOMES, A. R. Contabilidade rural e agricultura familiar. – Rondonópolis: Departamento de Ciências Contábeis/ICHS/R – UFMT, 2002.
- GOMES, J. S.; SALAS, J. M. A. Controle de Gestão: uma abordagem contextual e organizacional. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. Teoria da contabilidade; tradução de Antonio Zarotto Sanvicente. – São Paulo : Atlas, 1999.
- IAS PLUS. Standars: IAS 41. Disponível em: <http://www.iasplus.com/standard/ias41.htm>. Ultimo acesso em 23/01/07.
- IAS 41. Web Sumaries. Disponível em <http://www.iasb.org>. Ultimo acesso em 23/01/07.
- IUDÍCIBUS, S. Teoria da contabilidade. 7. ed. São Paulo : Atlas, 2004.
- IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades. FIPECAFI – 6. ed. rev. e atual. – São Paulo : Atlas, 2003.
- KASSAI, S. As Empresas de Pequeno Porte e a Contabilidade. Caderno de Estudos, São Paulo, FIPECAFI, v. 9, n. 15, p.60-74, janeiro/junho 1997.
- LAZZARINI, S. G.; NUNES, Rubens. Competitividade do Sistema Agroindustrial da Soja. PENSEA/USP e FIPE – Agrícola : São Paulo, 1998.
- MARION, J. C. Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica. – 7 ed. – São Paulo : Atlas, 2002.
- MARTINS, G. A.; Estudo de Caso: Uma estratégia de pesquisa. – São Paulo : Atlas, 2006. TINOCO, J. E. P. Avaliação patrimonial em contabilidade a valores de entrada e saída. Caderno de Estudos, São Paulo, FIPECAFI, Out/92.
- VASCONCELOS, Y. L.; SILVA, C. C. A. Avaliação de ativos: Uma Análise Crítica. Revista Brasileira de Contabilidade. Conselho Federal de Contabilidade – ano XXXI, n. 137, Setembro/Outubro 2002.